



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

PARECER CONCLUSIVO

Processo SEI nº 3535507.414.00004961/2024-93

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, em cumprimento ao artigo 203 das Instruções Normativa nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, emite PARECER CONCLUSIVO sobre a Prestação de Contas Anual dos recursos repassados e aplicados pela Entidade no exercício de **2024** e ATESTA, conforme documentos:

I - Entidade: **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, CNPJ nº 53.639.696/0001-67, encontra-se em seu pleno e regular funcionamento à Rua Caramuru nº 535 – Centro – Paraguaçu Paulista.

Endereço eletrônico: <https://www.luizasdemarillac.com.br/>

Sua **finalidade** estatutária conforme art. 2º: prestar serviços gratuitos na área da Assistência Social e que promovam o enfrentamento da pobreza e o amparo à criança carente, de ambos os sexos, 06 (seis) a 16(dezesseis) anos incompleto, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, condição social, credo ou ideologia.

Objeto: Manutenção do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes.

II, III e IV—relação dos repasses concedidos e datas das prestações de contas durante o ano:

| | | | |
|---|------------|------------------|---|
| Lei autorizadora nº. 3.442, de 22 de março de 2022 | | | |
| Tipo de concessão: Termo de Fomento 10/2022 - Termos Aditivos nºs 16/2023 e 67/2024 | | | |
| Fonte de recursos: Fonte 91 - FMDCA (FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) | | | |
| Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2024 | | | |
| | | | |
| Empenho/Liquidação | Data | Valor repassado | Prest.Contas |
| 16666/001 - EX (4.4.50.39.02) | 08/05/2024 | 22.791,58 | 16/09/2024 14/02/2025 (prorrogado - ofício 01/2025) |
| 16664/001 - EX (3.3.50.39.02) | 08/05/2024 | 10.348,00 | |
| (=) Total do repasse | | 33.139,58 | |
| (+) Rendimentos de aplicação Financeira | | 680,22 | |
| (=) Total de recurso público | | 33.819,80 | |
| (-) Despesas pagas com recurso público (4.4.50.39.02) | | 22.791,58 | |
| (-) Despesas pagas com recurso público (3.3.50.39.02) | | 11.028,22 | |
| (=) Saldo de recursos públicos | | 0,00 | |

A entidade aplicou no objeto do repasse:

| Despesas | Previstas/Repassado | Realizadas | Diferença |
|---|---------------------|------------|-----------|
| Equipamentos e material permanente (4.4.50.39.00) | 22.791,58 | 22.791,58 | 0,00 |
| Material de consumo (3.3.50.39.00) | 1.695,36 | 685,80 | 1.009,56 |
| Outros serviços de terceiros-PJ (3.3.50.39.00) | 8.652,64 | 10.342,42 | -1689,78 |
| TOTAL | 33.139,58 | 33.819,80 | -680,22 |
| (+) Receitas de aplicação financeira | | | 680,22 |
| (-) Saldo de recurso público | | | 0,00 |

V– não houve glosas; não houve saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente; Encerramento do Termo de Fomento em 31/12/2024;

VI – as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, sendo seus objetivos atendidos.

| Índice de Efetividade (Atendidos/ Meta x 100) | | | | |
|---|-------------|------------|-----------|-----------|
| Meta | Indicadores | Meta Quant | Atendidos | Resultado |
| Atender crianças e adolescentes e suas famílias | nº crianças | 70 | 70 | 100% |

O resultado demonstra que foram efetivamente atendidos 100% da capacidade de atendimento. De acordo com o relatório de atividades, suas ações, no Contra turno escolar, a constituição de espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo dos atendidos, pautado com atividades lúdicas, culturais e esportivas, interação, atividade de convívio e proteção social, atendeu com qualidade.

A Prefeitura não dispõe sobre atendimento especializado na proposta apresentada, e a infraestrutura que a Entidade dispõe, motivo pelo qual, o alto custo para a implementar o referido atendimento, pautou-se pela economicidade, subvencionando à Entidade e mantendo um custo-benefício importante.

O custo da meta, representou :

| Realizadas | Atendidos | Custo por Atendidos no ano | Custo por Atendidos no Mês |
|---------------|-----------|----------------------------|----------------------------|
| R\$ 33.819,80 | 70 | R\$ 483,14 | R\$ 40,26 |

VII -O recurso repassado a título de **Termo de Fomento**, destinou-se a **custeio e Auxílio** sendo seus objetivos atendidos, conforme fixados previamente no plano de trabalho da entidade, utilizando-se **totalmente** os recursos repassados, observando o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII – a documentação fiscal dos gastos realizados, a declaração com assinaturas do Presidente e conselhos fiscais, e o Balanço Anual com suas demonstrações contábeis demonstraram consistência e os registros contábeis apresentados evidenciam sua contabilização em conformidade com a regulamentação, assinado pelo contador com CRC regular.

IX – prejudicado;

X – os documentos digitalizados dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, nº da Lei e nº do Termo, tipo de repasse, bem como do órgão repassador a que se referem;

XI – a Entidade demonstrou mediante documentos hábeis, que se encontra regular perante os órgãos oficiais, bem como a apresentação da declaração da quitação dos encargos e direitos trabalhistas, anexo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, o CRF- Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XII – de acordo com a declaração da entidade e conselhos fiscais, a entidade executou seu objeto em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIII – o Controle Interno do Município, nomeada pela portaria nº 23.500 de 08 de setembro de 2021, e Portaria nº 25.844, de 26 de maio de 2025, é exercida pela Controladora Geral do Município a Lúcia Akemi Hirase Mitami, servidora pública efetiva no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 99.474-1, e pelo Agente de Controle Interno (Poder Executivo) o Wanderson Orlando da Silva, servidor público efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 124.929-2, nomeado pela Portaria nº 24.946 de 24 de janeiro de 2025;

XIV – Houve visita in loco pelo órgão público concessor.

XV – Não houve eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor, foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas.

XVI - A prestação de contas examinadas de acordo com os relatórios apresentados demonstraram:

☒ (X) regularidade

☐ () regularidade com ressalvas

☐ () irregularidade

A entidade apresentou seu Relatório de Atividades Desenvolvidas no exercício de 2024.

CONCLUSÃO: Considerando o que consta no presente relatório, a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, apresentou a prestação de contas anual, sendo possível concluir pela prestação de contas regular à aplicação dos recursos repassados, e **Parecer Conclusivo Favorável**.

À ciência do Sr. Prefeito Municipal para homologação, conclusão e arquivamento do processo.

Lúcia Akemi Hirase Mitami

Diretora do Departamento de Planejamento
respondendo pela Controladoria Geral do Município

Cátia Aparecida da Silva
Gestora das Parcerias
Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social

Tendo em vista a comprovação apresentada, considerando os pareceres técnico, financeiro e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, homologo e MANIFESTO PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL, aprovando a presente prestação de contas à aplicação dos recursos repassados a título de **Termo de Fomento nº 016/2023 - Termo Aditivo nº 0067/2024**, de recurso FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, da Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, exercício de 2024.

Paraguaçu Paulista, na data da assinatura digital.

ANTONIO TAKASHI SASADA
Prefeito Municipal

Ciente:

Ricardo Taveira Pelegrini
Presidente da Entidade



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Akemi Hirase Mitami, Diretor do Departamento de Planejamento**, em 28/06/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cátia Aparecida da Silva, Secretário Municipal**, em 30/06/2025, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Takashi Sasada, Prefeito**, em 30/06/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/marilia/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0077767** e o código CRC **8EDF3550**.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

PARECER CONCLUSIVO

Processo SEI nº 3535507.414.00004961/2024-93

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, em cumprimento ao artigo 203 das Instruções Normativa nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, emite PARECER CONCLUSIVO sobre a Prestação de Contas Anual dos recursos repassados e aplicados pela Entidade no exercício de **2024** e ATESTA, conforme documentos:

I - Entidade: **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, CNPJ nº 53.639.696/0001-67, encontra-se em seu pleno e regular funcionamento à Rua Caramuru nº 535 – Centro – Paraguaçu Paulista.

Endereço eletrônico: <https://www.luizasdemarillac.com.br/>

Sua **finalidade** estatutária conforme art. 2º: prestar serviços gratuitos na área da Assistência Social e que promovam o enfrentamento da pobreza e o amparo à criança carente, de ambos os sexos, 06 (seis) a 16(dezesseis) anos incompleto, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, condição social, credo ou ideologia.

Objeto: Manutenção do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes.

II, III e IV—relação dos repasses concedidos e datas das prestações de contas durante o ano:

| Lei autorizadora nº. 3.442, de 22 de março de 2022 | | | |
|---|------------|------------------|---|
| Tipo de concessão: Termo de Fomento nº 16/2023 - Termo Aditivo nº 67/2024 | | | |
| Fonte de recursos: Fonte 91 - FMDCA (FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) | | | |
| Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2024 | | | |
| | | | |
| Empenho/Liquidação | Data | Valor repassado | Prest.Contas |
| 16666/001 - EX (4.4.50.39.02) | 08/05/2024 | 22.791,58 | 16/09/2024 14/02/2025 (prorrogado - ofício 01/2025) |
| 16664/001 - EX (3.3.50.39.02) | 08/05/2024 | 10.348,00 | |
| (=) Total do repasse | | 33.139,58 | |
| (+) Rendimentos de aplicação Financeira | | 680,22 | |
| (=) Total de recurso público | | 33.819,80 | |
| (-) Despesas pagas com recurso público (4.4.50.39.02) | | 22.791,58 | |
| (-) Despesas pagas com recurso público (3.3.50.39.02) | | 11.028,22 | |
| (=) Saldo de recursos públicos | | 0,00 | |

A entidade aplicou no objeto do repasse:

| Despesas | Previstas/Repassado | Realizadas | Diferença |
|---|---------------------|------------|-----------|
| Equipamentos e material permanente (4.4.50.39.00) | 22.791,58 | 22.791,58 | 0,00 |
| Material de consumo (3.3.50.39.00) | 1.695,36 | 685,80 | 1.009,56 |
| Outros serviços de terceiros-PJ (3.3.50.39.00) | 8.652,64 | 10.342,42 | -1689,78 |
| TOTAL | 33.139,58 | 33.819,80 | -680,22 |
| (+) Receitas de aplicação financeira | | | 680,22 |
| (-) Saldo de recurso público | | | 0,00 |

V– não houve glosas; não houve saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente; Encerramento do Termo de Fomento em 31/12/2024;

VI – as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, sendo seus objetivos atendidos.

| Índice de Efetividade (Atendidos/ Meta x 100) | | | | |
|---|-------------|------------|-----------|-----------|
| Meta | Indicadores | Meta Quant | Atendidos | Resultado |
| Atender crianças e adolescentes e suas famílias | nº crianças | 70 | 70 | 100% |

O resultado demonstra que foram efetivamente atendidos 100% da capacidade de atendimento. De acordo com o relatório de atividades, suas ações, no Contra turno escolar, a constituição de espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo dos atendidos, pautado com atividades lúdicas, culturais e esportivas, interação, atividade de convívio e proteção social, atendeu com qualidade.

A Prefeitura não dispõe sobre atendimento especializado na proposta apresentada, e a infraestrutura que a Entidade dispõe, motivo pelo qual, o alto custo para a implementar o referido atendimento, pautou-se pela economicidade, subvencionando à Entidade e mantendo um custo-benefício importante.

O custo da meta, representou :

| Realizadas | Atendidos | Custo por Atendidos no ano | Custo por Atendidos no Mês |
|---------------|-----------|----------------------------|----------------------------|
| R\$ 33.819,80 | 70 | R\$ 483,14 | R\$ 40,26 |

VII -O recurso repassado a título de **Termo de Fomento**, destinou-se a **custeio e Auxílio** sendo seus objetivos atendidos, conforme fixados previamente no plano de trabalho da entidade, utilizando-se **totalmente** os recursos repassados, observando o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII – a documentação fiscal dos gastos realizados, a declaração com assinaturas do Presidente e conselhos fiscais, e o Balanço Anual com suas demonstrações contábeis demonstraram consistência e os registros contábeis apresentados evidenciam sua contabilização em conformidade com a regulamentação, assinado pelo contador com CRC regular.

IX – prejudicado;

X – os documentos digitalizados dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, nº da Lei e nº do Termo, tipo de repasse, bem como do órgão repassador a que se referem;

XI – a Entidade demonstrou mediante documentos hábeis, que se encontra regular perante os órgãos oficiais, bem como a apresentação da declaração da quitação dos encargos e direitos trabalhistas, anexo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, o CRF- Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XII – de acordo com a declaração da entidade e conselhos fiscais, a entidade executou seu objeto em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIII – o Controle Interno do Município, nomeada pela portaria nº 23.500 de 08 de setembro de 2021, e Portaria nº 25.844, de 26 de maio de 2025, é exercida pela Controladora Geral do Município a Lúcia Akemi Hirase Mitami, servidora pública efetiva no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 99.474-1, e pelo Agente de Controle Interno (Poder Executivo) o Wanderson Orlando da Silva, servidor público efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 124.929-2, nomeado pela Portaria nº 24.946 de 24 de janeiro de 2025;

XIV – Houve visita in loco pelo órgão público concessor.

XV – Não houve eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor, foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas.

XVI - A prestação de contas examinadas de acordo com os relatórios apresentados demonstraram:

☒ (X) regularidade

☐ () regularidade com ressalvas

☐ () irregularidade

A entidade apresentou seu Relatório de Atividades Desenvolvidas no exercício de 2024.

CONCLUSÃO: Considerando o que consta no presente relatório, a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, apresentou a prestação de contas anual, sendo possível concluir pela prestação de contas regular à aplicação dos recursos repassados, e **Parecer Conclusivo Favorável**.

À ciência do Sr. Prefeito Municipal para homologação, conclusão e arquivamento do processo.

Lúcia Akemi Hirase Mitami

Diretora do Departamento de Planejamento
respondendo pela Controladoria Geral do Município

Cátia Aparecida da Silva
Gestora das Parcerias
Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social

Tendo em vista a comprovação apresentada, considerando os pareceres técnico, financeiro e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, homologo e MANIFESTO PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL, aprovando a presente prestação de contas à aplicação dos recursos repassados a título de **Termo de Fomento nº 016/2023 - Termo Aditivo nº 0067/2024**, de recurso FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, da Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO LUIZAS DE MARILLAC DE PARAGUAÇU PAULISTA**, exercício de 2024.

Paraguaçu Paulista, na data da assinatura digital.

ANTONIO TAKASHI SASADA
Prefeito Municipal

Ciente:
Ricardo Taveira Pelegrini
Presidente da Entidade



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Akemi Hirase Mitami, Diretor do Departamento de Planejamento**, em 30/06/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Takashi Sasada, Prefeito**, em 30/06/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/marilia/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0078114** e o código CRC **67D3BB36**.
